



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Memorando no. 32 /GAB/SRHUMMA

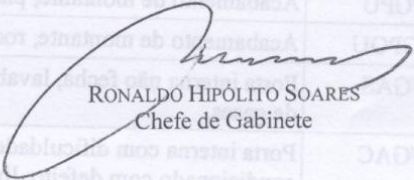
Em 18 de fevereiro de 2009.

Ao Sr. Coordenador Geral de Gestão Administrativa/SPOA/SECEX/MMA

Assunto: Reparos e adequações no prédio da 505 Norte.

1. Encaminhamos a essa Coordenação, no dia 23/9/2008, por meio de correio eletrônico a solicitação de reparos e adequações no espaço ocupado por esta Secretaria no prédio da 505 Norte, conforme lista anexa.
2. Nesse sentido, solicitamos informações sobre o atendimento ou o atual estágio destes reparos e adequações.

Atenciosamente,


RONALDO HIPÓLITO SOARES
Chefe de Gabinete



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



1

LAUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Laudo de Avaliação Ambiental emitido em conformidade com a mensagem SIAPE nº496367 e a Orientação Normativa nº 04, de 13 de julho de 2005, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1- IDENTIFICAÇÃO

1.1- Órgão: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
1.2- Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco B. CEP: 70.068-900. Brasília-DF.
1.2.1- Telefone: (61) 4009.1113/4009.1398
1.3- Código SIAPE: 40701
1.4- Autoridade Competente: COBEV/IBAMA
1.5- Responsável do RH do MMA: PEDRO RAIMUNDO DA SILVA
1.5.1- Telefone: (61) 4009.1398
1.5.2- Endereço Eletrônico: pedro-raimundo.silva@mma.gov.br

2- IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL AVALIADO

2.1- Local: EDIFÍCIO MARIE PRENDI CRUZ
2.2- Endereço: Av. W3 - Norte, Quadra 505, Bloco B, CEP: 70.730-542, Brasília/DF..
2.3- CNAE: 8412-4/00, grau de risco 2
2.4- Horário da Avaliação: 10:30 h às 12:00 h e 14:30 h às 17:00 h.

3 - ASPECTOS SANITÁRIOS

3.1 - Existem vasos sanitários disponíveis na proporção de 1:20? (X) Sim; () Não Obs.: No edifício existem banheiros diferenciados por tamanho de área, por sexos e para deficientes. O maior feminino contém 05 vasos sanitários e 04 pias; o maior masculino contém 03 vasos sanitários, 02 mictórios de louça e 04 pias. O menor feminino contém 02 vasos sanitários e 02 pias; o menor masculino contém 02 vasos sanitários, 01 mictório de louça e 02 pias. O banheiro para deficientes contém 01 vaso sanitário e 01 pia. Os banheiros maiores possuem ventilação forçada para um poço de ventilação e os banheiros menores possuem exaustão forçada no teto. Tais banheiros atendem servidores, pessoal terceirizado e visitantes. Obs2.: Revisar e substituir os depósitos de lixo dos banheiros por depósitos com tampa. Fixar nos banheiros duchas higiênicas.
3.2- Existe disponibilidade de água potável nem raio de 50 metros? () Sim; (X) Não Obs.: Em cada pavimento, do térreo ao quinto andar, há um bebedouro com água mineral.
3.3- O local apresenta problemas de: () Infiltração; () Mofo; () Outros; (X) Não
3.4- Existe local adequado para as refeições dos servidores? () Sim; () Não; (X) Não se aplica
3.5- Verifica-se a presença de vetores mecânicos no ambiente como: ratos, pombos, aranhas, escorpiões, formigas, outros?: () Sim; (X) Não
3.5.1- Qual(is):
3.5.2- Em que condição:

4 - DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

4.1- Descrição física: EDIFÍCIO MARIE PRENDI CRUZ/MMA
4.1.1- Altura do pé direito: 2,60 metros
4.1.2- Metragem média do ambiente: não foi estimada.
4.1.3- Tipo de: Parede: alvenaria com acabamento em massa corrida e tinta látex nas paredes externas e divisórias em MDF.
Teto: forro em estruturas moduladas.

Observação: Decreto nº 97.458 de 15 de janeiro de 1989, Artigo 9º - Incorre em responsabilidade administrativa, cível e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com este Decreto.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



2

Portas: MDF
Janelas: Esquadrias metálicas com vidro translúcido.
Piso: Piso em PVC, com exceção dos detalhes de granito em frente ao hall dos elevadores e em frente a área de exposições.
4.1.4- O ambiente conforme observado oferece risco de acidente ou a segurança física do servidor que ali trabalha? () Sim; (X) Não.
Explicação:
4.1.5- Apresenta sistema de condicionamento de ar? () Não (X) Sim; se sim responda:
4.1.5.1- Indicar se o sistema é: () central; () de parede; (X) tipo split.
4.1.5.2- Existe filtro nas saídas do ar? (X) Sim; () Não.
4.1.5.3- Próximo à saída do ar, é visível marcas de sujeira? () Sim; (X) Não.
4.1.5.4- Caso o ar condicionado for central, os fan coil, estão limpos? () Sim; () Não
4.2- Postos de trabalho:
4.2.1- Ambiente/condições em que desenvolve as funções/atividades:
O Edifício Marie Prendi Cruz foi locado pelo Ministério do Meio Ambiente para comportar parte de sua estrutura técnico-administrativa. É um prédio recentemente reformado, com amplos e confortáveis ambientes, com uma base estrutural consistente e segura, formado por um pavimento térreo, cinco pavimentos superiores e dois sub-solos.
Sua estrutura físico-administrativa e de funcionamento possui as seguintes divisões:
TÉRREO:
a) Recepção: local no corredor de entrada e que possui um balcão de recepção e um ambiente recuado onde se encontram poltronas para as pessoas aguardarem atendimento.
b) Hall de acesso aos três elevadores, com piso em cerâmica e com um desnível elevado de 3 a 3,5 cm.
c) Área para exposições (lado direito), ainda não ocupada.
d) Salas para atividades técnico-administrativas, divididas internamente com divisórias MDF, distribuídas por todo o prédio (lado direito e esquerdo) e com acesso através de corredores com largura de 2,00 metros. As salas têm as seguintes numerações: Salas de nºs: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 14, 15, 16, 18 e 20. Não tem numeração 17 e 19. As áreas das salas não foram estimadas.
d) A Sala de nº 13, onde funciona a câmara técnica tem capacidade para 59 lugares.
e) Sala de nº 11, onde funciona o apoio CNRH.
f) Sala do protocolo geral.
g) Banheiros: Dois maiores sendo um masculino e outro feminino. Dois menores, sendo um masculino e feminino. Um para acesso de deficientes.
h) uma sala para apoio técnico próximo a área de exposições.
i) Sala para copa com pouco espaço para movimentação interna.
PRIMEIRO PAVIMENTO:
a) Recepção.
b) Salas: 101(CGGA), 102(Reprografia), 103(Vigilância), 104(CGTI/Área Técnica), 105(Limpeza), 106(SRHU/GAS), 107(Brigada), 108(SRHU/GAC), 109(CONAMA), 110(SRHU/GAP), 111(CONAMA/Assessoria), 112(SRHU/DR Diretor), 113(CONAMA), 114(DRB/SRHU,PAT/SRHU, CCS/SRHU,DAU,GPO/SRHU), 115(CONAMA/Técnicos), 116(Arquivo/CONAMA). As áreas das salas não foram estimadas.
c) Sala para servidores da rede e área Técnica CGTI.
d) Sala para copa com pouco espaço para movimentação interna.
e) Banheiros: Dois maiores sendo um masculino e outro feminino. Dois menores, sendo um masculino e feminino. Um para acesso de deficientes.

Observação: Decreto nº 97.458 de 15 de janeiro de 1989, Artigo 9º - Incorre em responsabilidade administrativa, cível e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com este Decreto.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



3

SEGUNDO PAVIMENTO

- a) Recepção.
- b) Salas: 201(DPDC), 202(Gabinete do Ministro, Secretaria, Reuniões e Gabinete Secex), 203(Posto médico, espera, atendimento, repouso), 204(GTZ), 205(Reuniões), 206(AMA), 207(Apoio Administrativo), 208(Reuniões), 209(TAL), 210(Coord. AMA, Secretaria, Coord. PPG7), 212(PPG7), 214(Diretor DAAM, Secretaria), 216(Financeira, BR63PAS4, Arquivo)
- c) Sala para Área Técnica CGTI e sala para DAAM/Publicações.
- d) Sala para copa com pouco espaço para movimentação interna.
- e) Banheiros: Dois maiores sendo um masculino e outro feminino. Dois menores, sendo um masculino e feminino. Um para acesso de deficientes.

TERCEIRO PAVIMENTO

- a) Recepção.
- b) Salas: 301(CCAT, CSUS, CFOR), 302(CCON, CFIN), 303(Gerência), 304(Servidores, CINF), 305(Reuniões), 306(COAO), 307(CORE, Gerência da CORE), 308(Reuniões), 309 e 314(GEPRO), 310(Gerência), 312(Diretor do FNMA, Secretaria).
- c) Sala para Área Técnica CGTI e sala para Almoxarifado FNMA.
- d) Sala para copa com pouco espaço para movimentação interna.
- e) Banheiros: Dois maiores sendo um masculino e outro feminino. Dois menores, sendo um masculino e feminino. Um para acesso de deficientes.

QUARTO PAVIMENTO

- a) Recepção.
- b) Salas: 401 e 402(Cerrado, Geoprocessamento, NAPMA), 403(Reuniões), 404(Caatinga), 405(DAP), 406(Gerente), 407(DAP/Gerência), 408(DCBIO), 409(DAP/Gerência), 410(Reuniões), 411(DAP), 412(DCBIO), 413 e 418(DCBIO), 414(DCBIO/Gerente), 416(DCBIO/Diretor, Secretaria).
- c) Sala para Área Técnica CGTI e sala depósito SBF.
- d) Sala para copa com pouco espaço para movimentação interna.
- e) Banheiros: Dois maiores sendo um masculino e outro feminino. Dois menores, sendo um masculino e feminino. Um para acesso de deficientes.

QUINTO PAVIMENTO

- a) Recepção.
- b) Salas: 501(DFLOR), 502(Apoio Jurídico), 503(Diretor/DFLOR, Secretaria), 504(Secretário SBF, Secretaria, Assessoria e Chefe de Gabinete), 505(DFLOR/Gerente), 506(Apoio/SBF), 507(DFLOR/Gerente), 508(Reuniões), 509(Reuniões), 510(COF), 511(DPG), 512(COF), 513(DPG/Gerente), 515(DPG/Gerente), 517 e 519(DPG).
- c) Sala para Área Técnica CGTI e sala depósito SBF.
- d) Sala para copa com pouco espaço para movimentação interna.
- e) Banheiros: Dois maiores sendo um masculino e outro feminino. Dois menores, sendo um masculino e feminino. Um para acesso de deficientes.

PRIMEIRO SUB-SOLO

Constituído por:

- a) Sala de reuniões 01 (capacidade para 20 lugares), sala de reuniões 02 (capacidade para 18 lugares), sala de reuniões 03 (capacidade para 18 lugares), sala de reuniões 04 (capacidade para 18 lugares), sala 05 para apoio e copa.
- b) Auditório com capacidade para 110 lugares.
- c) Salas para arquivos do MMA (sala da chefia, recepção de documentos, técnicos, tratamento documental).
- d) Salas para arquivos do FNMA.
- e) Área de telefonia.

Observação: Decreto nº 97.458 de 15 de janeiro de 1989, Artigo 9º - Incorre em responsabilidade administrativa, cível e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com este Decreto.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



4

- f) Depósito GPO/SRHU e Depósito SBF.
- g) Arquivo morto, almoxarifado do SRHU.
- h) Espaço para constituir a sala de motoristas.

SEGUNDO SUB-SOLO

Preparado para funcionar como garagem.

OBS.: Sistema de iluminação natural através das janelas e artificial através de lâmpadas fluorescentes simples de 40W. As salas são forradas com forro tipo pré-moldado (pacote), divididas com divisórias pré-moldadas (PDF). O ambiente é dotado de sistema de combate a incêndio do tipo sprink e mangueiras.

Expediente: 8:00 – 12:00 horas e de 14:00 – 18:00 horas.

▪ Funções/cargos presentes no ambiente:

Não foi possível quantificar o número de servidores, pessoal contratado e terceirizados pelo motivo do prédio ainda estar em fase de ocupação. Existem muitas salas sem mobiliário e sem servidores.

▪ Características do processo:

Os servidores e estagiários desenvolvem habitualmente as atividades próprias do setor e as burocráticas pertinentes à administração do serviço público federal. Os terceirizados desenvolvem atividades de manutenção, apoio e limpeza do edifício.

▪ Média de anos trabalhados: não foi estimado.

5 – ANÁLISE AMBIENTAL

ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES - PORTARIA nº 3214 de 08/06/78 - NR 15

Anexo 01 - Ruído contínuo ou intermitente	() sim	(x) não
Anexo 02 - Ruído de impacto	() sim	(x) não
Anexo 03 - Exposição ao calor	() sim	(x) não
Anexo 04 - Ergonomia - (Revogado pela Portaria nº 3751 de 23 de novembro de 1990)	-----	-----
Anexo 05 - Radiações ionizantes	() sim	(x) não
Anexo 06 - Condições hiperbáricas	() sim	(x) não
Anexo 07 - Radiações não ionizantes	() sim	(x) não
Anexo 08 - Vibrações	() sim	(x) não
Anexo 09 - Frio - Trabalhos diários em câmaras frigoríficas ou locais similares - sem proteção	() sim	(x) não
Anexo 10 - Umidade - Trabalhos diários em locais com umidade excessiva / alagados ou encharcados	() sim	(x) não
Anexo 11 - Agentes químicos I	() sim	(x) não
Anexo 12 - Poeiras minerais	() sim	(x) não
Anexo 13 - Agentes químicos II	() sim	(x) não
Anexo 14 - Agentes biológicos	() sim	(x) não

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS - PORTARIA nº 3214 de 08/06/78 - NR 16

Anexo 01 - Explosivos	() sim	(x) não
Anexo 02 - Inflamáveis	() sim	(x) não
Anexo Especial - Substâncias radioativas	() sim	(x) não
Decreto 93.412 de 14/10/86 - Eletricidade	() sim	(x) não

Observação: Decreto nº 97.458 de 15 de janeiro de 1989, Artigo 9º - Incorre em responsabilidade administrativa, cível e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com este Decreto.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



5

TAXA DE ILUMINAMENTO – PORTARIA nº 3751 de 23/11/90 com Quadro da NBR-5413

A avaliação quantitativa não foi efetuada por não dispormos de luxímetro no momento.

VENTILAÇÃO

Forçada em todos os ambientes do prédio através de ar condicionado do tipo split. Não foi possível quantificar a velocidade do ar por não haver disponibilidade de anemômetro no momento.

MOBILIÁRIO

As mesas, cadeiras e arquivos encontradas no ambiente de trabalho são as usualmente utilizadas em escritórios e estão em bom estado de conservação. No ambiente, periciado está sendo respeitado o espaço mínimo de 04 m²/ servidor. Há necessidade de se fazer: uma avaliação ergonômica pormenorizada nos mobiliários onde estão localizados os terminais de computador e o arranjo de layout para a sala, pois algumas ainda vão ser ocupadas. Por estar sendo ocupado recentemente, muitos ambientes ainda não contam com móveis e cadeiras, que não foram todos distribuídos. Há muitas caixas com material de escritório, em alguns locais, a espera de serem desempacotados.

MECÂNICO

Os equipamentos que se encontram instalados nas salas avaliadas não apresentam sinais de avarias visíveis e se encontram em perfeito estado de funcionamento. As instalações elétricas estão funcionando dentro dos padrões normais de engenharia.

6 - METODOLOGIA

A avaliação foi feita através de inspeção nas atividades e no local de trabalho, de acordo com a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Norma Regulamentadora nº 15 – Atividades e Operações Insalubres e a Norma Regulamentadora nº 16 – Atividades e Operações Perigosas, estabelecidas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

Foram considerados, sobretudo, o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal – SISOSP (Decreto nº 5.961, de 13 de novembro de 2006 e Portaria nº 1.675, de 06 de outubro de 2006). (Como legislação complementar utilizou-se: do Decreto nº 97.458, de 15 de Janeiro de 1989 que regulamenta a concessão dos Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade dos Servidores Públicos Federais; da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.

Foi feita uma avaliação qualitativa dos agentes ambientais previstos nos Anexos da NR 15, onde o MTE não fixou os limites de tolerância para os agentes agressivos à saúde. Para o nível de iluminação, velocidade do vento e aqueles agentes ambientais que possuem limite de tolerância deverão ser quantificados.)

Para esta avaliação ambiental do Edifício Marie Prendi Cruz analisamos as atividades e o ambiente de trabalho ocupado pelos Analistas Ambientais, Técnicos Administrativos, Estagiários, Temporários e Terceirizados.

Procedemos a uma avaliação qualitativa no local e nas atividades desenvolvidas.

Observação: Decreto nº 97.458 de 15 de janeiro de 1989, Artigo 9º - Incorre em responsabilidade administrativa, cível e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com este Decreto.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



6

7 - ANÁLISE / CONCLUSÃO

Os servidores da área administrativa desenvolvem habitualmente as atividades próprias de cada setor e as burocráticas pertinentes ao Ministério de Meio Ambiente e que são executadas pelos servidores lotados no Edifício Marie Prendi Cruz.

Conforme análise qualitativa procedida no local e nas atividades desenvolvidas na Administração a intensidade e o tempo de contato dos agentes não são suficientes para serem contemplados pela NR 15 – Atividades e Operações Insalubres e a NR 16 – Atividades e Operações Perigosas, estabelecidos pela Portaria nº 3214, de 08/06/78.

Considerando-se as atuais condições do local e as atividades desenvolvidas, concluímos que no Edifício Marie Prendi Cruz foi locado pelo Ministério do Meio Ambiente **não** há ambientes insalubres ou perigosos que se enquadrem para a concessão dos adicionais de insalubridade e/ou periculosidade.

8 - CLASSIFICAÇÃO DOS GRAUS DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE

Insalubridade: Local	<input type="checkbox"/> Concedido	<input checked="" type="checkbox"/> Não concedido	Grau:	%:
Insalubridade: Atividade	<input type="checkbox"/> Concedido	<input checked="" type="checkbox"/> Não concedido	Grau:	%:
Periculosidade	<input type="checkbox"/> Concedido	<input checked="" type="checkbox"/> Não concedido	-----	%:

9 - MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS PARA ELIMINAR OU NEUTRALIZAR O RISCO

- Sinalizar o prédio com placas de proteção contra incêndio conforme modelos no anexo.
- Sinalizar através de placas o desnível de piso existente no hall dos elevadores.
- Instalar nos banheiros ducha higiênica.
- Instalar suportes para papel higiênico naqueles em que não há esse acessório.
- Adquirir lixeiras com tampas para todos os banheiros.
- Abrir uma porta de acesso da sala do médico para a sala de repouso dos pacientes (Recomendamos esse acesso seja aberto somente depois da permissão do médico).
- Instalar um sistema de ventilação forçada no primeiro sub-solo para que o ar das salas de arquivos, salas de reuniões e auditório seja renovado. (Esta recomendação deve seguir o projeto, supervisão e orientação do Arquiteto do Ministério do Meio Ambiente).
- Sejam implementados de forma prioritária, o PPRA e o PCMSO, conforme regulamentado pelo Decreto nº 5.961, de 13 de novembro de 2006 e Portaria nº 1.675, de 06 de outubro de 2006;

10 - SERVIDORES DO SETOR PERICIAO EM CONTATO COM O RISCO

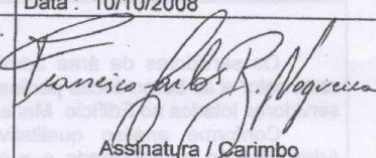
- Não há servidores em contato com risco que enseje a concessão dos benefícios do adicional de insalubridade ou de periculosidade.

Observação: Decreto nº 97.458 de 15 de janeiro de 1989, Artigo 9º - Incorre em responsabilidade administrativa, cível e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com este Decreto.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



Perito :Francisco Carlos Barboza Nogueira Título : Engº Agrº/ Segurança do Trabalho / Analista Ambiental. Nº Conselho de Classe : CREA: 6553-D/CE Telefone: 0xx85.3272.16.00 Fax : (0xx85) 3277.90.81 email : francisco.nogueira@ibama.gov.br fcbnogueira@terra.com.br	Data : 10/10/2008  Assinatura / Carimbo
---	---

Perito: José Delfino da Silva Lima Título: Engº Civil/ Segurança do Trabalho / Analista Ambiental. Nº Conselho de Classe: CREA: Telefone: 0xx61. e-mail :	Data: 10/10/2008 Assinatura / Carimbo
--	--

<p>Observação: Decreto nº 97.458 de 15 de janeiro de 1989, Artigo 9º - Incorre em responsabilidade administrativa, cível e penal os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com este Decreto.</p>
--